



ALERTA:
Escolas do campo estão sendo fechadas!



Nos últimos anos as comunidades camponesas tem sofrido com o fechamento de escola no campo, de 2003 a 2014, foram fechadas no Brasil, mais 37 mil escolas, no Paraná no ano de 2014 foram mais de 100 escolas. Essa situação tem demonstrado que aos povos do campo tem sido negado o direito a educação no lugar onde vivem.





Somente a luta e a organização das comunidades camponesas podem defender suas escolas!



O protagonismo na Educação do Campo

Os movimentos sociais encontram-se em um momento de forte tensão, tendo que assumir, seu protagonismo contra o grande capital, materializado nas corporações financeiras e no latifúndio. Isto coloca a toda a classe trabalhadora grandes desafios, principalmente no que se refere à organização coletiva e ao empoderamento dos movimentos sociais para o enfrentamento e o rompimento com este estado de coisas, inclusive resgatando as propostas de políticas públicas construídas pelos movimentos dos(as) trabalhadores(as), apoderadas – e esvaziadas de sua essência – pelo Estado.

Apesar da persistente prática de negação de direitos fundamentais aos(às) trabalhadores(as), incluindo a educação formal, os movimentos sociais mantiveram uma resistência ativa. A Educação no Campo no estado do Paraná é fruto da pauta reivindicatória dos movimentos sociais do campo, que em 1988 iniciou o processo de constituição da Articulação Paranense por uma Educação no Campo. Tendo sua origem na tríade *campo--política pública-educação* (CALDART, 2008) a articulação em torno da educação no campo trouxe para si o desafio de recolocar no debate público e na agenda política de governo a situação dos camponeses e da educação a que eles se vinculam. Em nível nacional foram realizados o Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária(ENERA, 1997) e duas Conferências Nacionais por uma Educação do Campo(1998 e 2004), pautando a Educação do Campo, buscando formação para e pelo trabalho, com o estudo partindo das questões do campo e acessando o conhecimento produzido pela humanidade, sob o marco da emancipação da classe trabalhadora, protagonizada por ela mesma num quadro de políticas públicas garantidoras de acesso à escolarização em escolas públicas, gratuitas e de qualidade.

No Paraná, especialmente, a partir da II Conferência Paranaense "Por Uma Educação Básica do Campo" (Porto Barreiro/2000) e o Encontro Estadual de Educação do Campo(Candói/2013) reafirmam que a luta que continua. Obtivemos conquistas como: o reconhecimento da Educação do Campo como política pública, a ampliação da escolaridade, acesso ao ensino superior (principalmente cursos de Pedagogia e Licenciatura em Educação do Campo e mesmo pós-graduação), além da constituição de articulações em âmbito nacional, estadual e regional, resultando a produção de materiais, eventos e a construção de uma identidade de Educação do Campo.

Porém, ainda há muitos desafios, a começar pela necessidade de efetivar a Educação do Campo como política pública, daí decorrendo a reabertura, manutenção e construção de escolas no campo, a ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades da educação (infantil, de jovens e adultos e profissional, no nível técnico e superior), além do atendimento em processos inclusivos de educação especial. Uma educação vinculada aos interesses da classe trabalhadora e na perspectiva da emancipação humana. Isto implica a construção de práticas pedagógicas em espaços educativos próprios, partindo da especificidade de cada lugar, garantindo o acesso ao conhecimento elaborado e socializando-o. Ao mesmo tempo, é fundamental a articulação dos sujeitos coletivos, pautando e assumindo o controle social das políticas públicas para a educação.

A Educação do Campo, nesta perspectiva, é uma luta coletiva por políticas públicas não subordinadas às determinações do mercado, mas aos interesses da classe trabalhadora, na perspectiva de sua emancipação e considerando a diversidade dos sujeitos que dela necessitam.

"Por uma política pública, que garanta aos povos do campo, das florestas e das águas, o direito à Educação do Campo no lugar onde vivem".

Organizações que compõe a articulação:



DISQUE DENÚNCIA
FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO
(42) 36211462

Expediente

Articulação Paranaense por uma Educação do Campo

articulacaopr@gmail.com

http://apecpr2011.blogspot.com/

http://fb.com/articulacaopr/

Equipe de Elaboração:
Adalberto Penha de Paula
Maria Isabel Farias
(UFPR-Litoral)
Alessandro Santos Mariano
Alex Verdério
Maria Izabel Grein
(MST)
Delcinéia Serconhuk
Mercedes Demore
(FETAEP)
Kátia Aparecida Seganfredo
Marciane Maria Mendes
(UFFS)
Marco Antonio Jefer
(ARCAFAR-SUL)
Eduardo Maciel Ferreira
Marlene Lucia Siebert Sapelli
(UNICENTRO)
Marlei Fernandes de Carvalho
Nádia Brixner
Vanessa Reichenbach
Walkiria Olegário Mazeto
(APP-Sindicato)
Patrícia Correa de Paula Marcoccina
Rosana Aparecida da Cruz
(NUPECAMP)
Rogéria Pereira Alba
(ASSESOAR)
Sônia Fátima Schwendler
(UFPR)
Vilson Schon
(FETRAF-SUL)
Fernando José Martins
(UNIOESTE)
Elias Canuto Brandão
(UNESPAR)
Adalcia Canedo Nogueira
(UEMP)
Maria Antônia de Souza
(UEPG)
Adriana Medeiros Farias
(UEL)
Roberto Martins de Souza
(IFPR)
Simone Aparecida Rezende
(Via Campesina)

Fotos:
Arquivo da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo

Tiragem:
20 mil exemplares

Colaboração:
Antônio Cerveira de Moura

Diagramação e projeto gráfico:
Maurício Sauerbronn de Moura
porantim@gmail.com

Estão negando a educação aos povos do campo. Vamos impedir!



Quadro 1:
Fechamento de escolas do campo no Brasil – 2003-2012

Estado	Total de escolas no campo 2003	Total de escolas no campo 2012	Escolas fechadas
Rondônia	1.780	630	1150
Ceará	7.890	3.922	3.968
Goiás	1.146	600	546
Tocantins	1.340	707	633
Santa Catarina	2.569	1.464	1.105
Rio Grande do Sul	4.447	2.586	1.861
Espírito Santo	2.225	1.328	897
Paraná	2.313	1.554	759
São Paulo	2.167	1.458	709
Rio Grande do Norte	2.565	1.727	838
Piauí	5.793	3.924	1.869
Mato Grosso	1.326	900	426
Alagoas	2.504	1.709	795
Paraíba	4.410	3.055	1.355
Bahia	17.056	11.984	5.072
Minas Gerais	6.749	4.773	1.976
Sergipe	1.576	1.161	415
Rio de Janeiro	1.652	1.254	398
Pernambuco	6.447	4.895	1.552
Pará	10.353	8.329	2.024
Distrito Federal	93	78	15
Maranhão	10.578	9.550	1.028
Roraima	566	514	52
Acre	1.310	1.294	16
Amazonas	3.857	3.997	-140
Amapá	456	481	-25
Mato Grosso do Sul	160	238	-78
Total	**103.328**	**74.112**	**29.459**

Fonte: Censo Escolar 2003 e 2012 MEC/INEP

Nos últimos anos as comunidades camponesas tem sofrido com o fechamento de escola no campo, de 2003 a 2014, foram fechadas no Brasil, mais 37 mil escolas, no Paraná no ano de 2014 foram mais de 100 escolas. Essa situação tem demonstrado que aos povos do campo tem sido negado o direito a educação no lugar onde vivem.

O Estado brasileiro tem usado de várias estratégias para fechar as escolas: não investe recurso necessários, precariza, fecha turmas, concentra o trabalho em apenas um período, nucleariza as escolas, transporta os estudantes para as escolas da cidade, criando a convicção de que a escola da cidade é melhor.

O fenômeno do esvaziamento do campo é a principal causa do fechamento das escolas, consequência do avanço do agronegócio, que tem expandido a monocultura e a concentração de terra, fragilizando a agricultura familiar camponesa e desestruturando a sua organização. O subsídio financiador para o agronegócio é muito maior, fortalecendo a produção de grãos, o uso abusivo de pesticidas, o uso de maquinaria pesada e a especulação sobre as pequenas propriedades.

Quadro 2: Fechamento de escolas do campo por região, no Brasil – 2003-2012

Região	2003	2012	Escolas Fechadas
Nordeste	58.819	41.927	**16.882**
Norte	19.662	15.952	**3.710**
Sudoeste	12.793	8.813	**3.980**
Sul	9.329	5.604	**3.725**
Centro-Oeste	2.725	1.816	**908**

Fonte: Censo Escolar 2003 e 2012 MEC/INEP

Em relação às políticas educacionais, identificamos dois fatores que contribuíram para o fechamento de escolas no campo: o primeiro é o repasse de recurso via FUNDEB que estipula o valor nacional por aluno/ano, em 2013 foi de R$ 2.243,71 (dois mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos) ignorando a especificidade do campo. Este valor per capita por aluno levou muitos gestores municipais e estaduais a fechar escolas em função do número reduzidos de educandos(as).

O segundo fator das políticas educacionais é o financiamento do transporte escolar pelo Ministério da Educação, que tem repassado recursos para que os municípios e estados adquiram ônibus para transporte de estudantes, o que tem fortalecido as políticas de nuclearização de escolas.

Diante dessa situação a Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo que congrega mais de 22 organizações do Paraná e integra o Fórum Nacional de Educação do Campo, conclamam os agricultores familiares e os camponesas e suas organizações, os educadores (as), educandos (as) do campo a se unirem para fazer a luta contra o fechamento de escolas no campo e numa só voz cantarmos a música:

"Não vou sair do campo
para poder ir para escola,
educação do campo é direito e não esmola"

(Gilvan Santos)

Fundamentos legais para impedir o fechamento de Escolas no Campo

Referente à Legislação educacional, os trabalhadores(as) do campo acumulam documentos que legitimam a universalidade do Direito a educação desde suas especificidades:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

LDB - Lei n º 9.394 de 20 de Dezembro de 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art . 28. *Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:*

I - conteúdos curriculares emetodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. *O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014).*

A **Lei n º 12.960 de 2014** também, refere-se ao fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas. Passa a exigir para tanto, a manifestação de órgão normativo – como os conselhos municipais de Educação – e do sistema de ensino. A comunidade escolar deverá ser ouvida e a Secretaria de Educação do estado deverá justificar a necessidade de encerramento das atividades da escola como medida que precede o fechamento desse tipo de escola, exige ainda, a manifestação do Ministério Público, órgão fiscal da lei, que deverá considerar a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

A Resolução nº. 02/2008 que estabelece Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Ressalta no artigo 3º que "a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nuclearização de escolas e o deslocamento das crianças".

O Decreto n º. 7.352/2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. É o documento que legitima a Educação do Campo como política de Estado, reconhece juridicamente a universalidade do direito à educação e a obrigatoriedade do Estado em promover intervenções a partir das especificidades necessárias ao cumprimento e garantia dessa universalidade. Em seu Artigo 2º – Dos princípios da Educação do Campo – reitera o respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero e de raça e etnia.

No Artigo 7º garante: "no desenvolvimento e manutenção da política pública de educação do campo em seus sistemas de ensino, sempre que o cumprimento do direito à educação escolar assim exigir, os entes federados assegurarão:

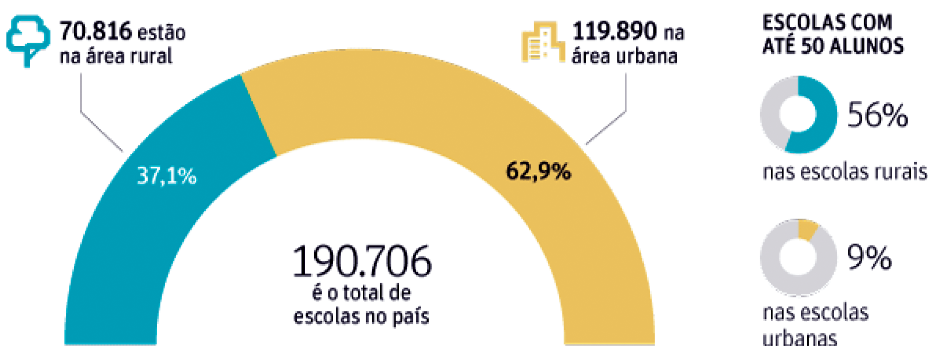
I - organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental."

A partir do exposto, denunciamos que essa legislação não vem sendo cumprida e "Fechar escola é crime!", pois se trata de uma violação ao presente e ao futuro de milhares de crianças filhos e filhas de trabalhadores do campo.

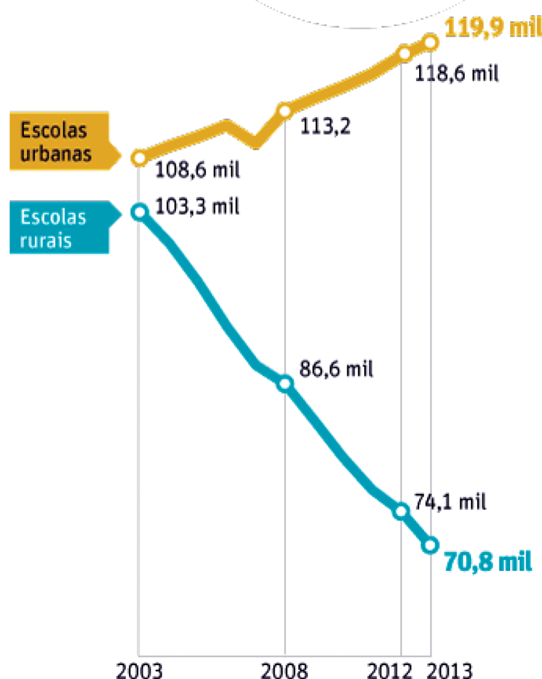
Figura 1: Número de escolas no campo reduziu 31,4% no Brasil – 2003-2013

ESCOLAS RURAIS EM QUEDA
Redução no número de instituições de ensino no campo preocupa governo

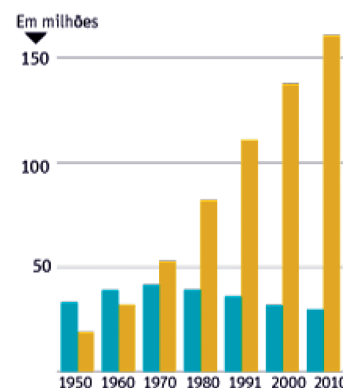
ESCOLAS NO PAÍS, EM 2013



EVOLUÇÃO NO BRASIL
Número de escolas rurais caiu 31,4% entre 2003 e 2013



ÊXODO RURAL
População rural
População urbana



Maior mudança na população ocorreu nas décadas de 1970 e 1980; segundo especialistas, processo de urbanização continua, mas em ritmo menor

Fontes: Ministério da Educação, Censo Escolar - Inep/MEC e Censo Demográfico - IBGE

Fonte: Folha de S. Paulo (2014).

Dez razões para não fechar escolas no campo

1 As crianças, adolescentes, jovens e idosos do campo, têm o direito à educação no lugar onde vivem, tendo acesso aos conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade.

2 Os povos do campo têm o direito à escola com as condições físicas e pedagógicas adequadas. Cabe aos gestores públicos garantir uma escola de qualidade.

3 A escola do campo valoriza a história, o jeito de viver e produzir a vida pelos trabalhadores do campo e desenvolve o ensino, partindo desta realidade e tem como referência valores como o cuidado com a terra e com a vida.

4 A escola do campo, estando próxima às casas dos camponeses e agricultores familiares, dá condições aos pais e mães acompanharem a educação dos seus filhos(as), participando das reuniões, assembleias e das atividades festivas, propondo e definindo o futuro da educação.

5 Estudar próximo da residência diminui a evasão escolar. O transporte em grandes distâncias, com estradas ruins, submete os estudantes a situações de risco.

6 A escola do campo, faz parte da comunidade camponesa, tornando-se um espaço de encontro das gerações.

7 A aprendizagem perpassa por um bom acompanhamento aos educandos(as), possibilitando trabalhar as dificuldades e as necessidades de aprendizagem de todos e de cada um.

8 Nas escolas da cidade, os estudantes do campo perdem a referência de comunidade e identidade do campo. São inseridos numa cultura, que considera o campo lugar do atraso, sendo desmotivados pela distância e discriminação.

9 A superlotação nas salas de aula/escolas, compromete a aprendizagem e as relações de convivência. "Dificultar a aprendizagem é negar o direito a educação".

10 Por lei, mesmo as escolas do campo com poucos estudantes, são viáveis, mediante outras formas de organização como: agrupamentos por idades, por nível de conhecimento, em dias inteiros de aula e alternados.

Fechar escola é crime,
é negar o direito de viver e estudar no campo!

No litoral paranaense, comunidade luta pela reabertura da escola fechada há dez anos

Depoimento de seu Alfredo, líder da comunidade de Parati:

"O que aconteceu com a nossa comunidade da região do Parati no município de Guaratuba. A nossa escola funcionava bem, daí foi indo, foi indo, foi terminando, eles ao invés de ativar para mais crianças que estavam crescendo... o que foi que eles fizeram? Eles fecharam a escola, daí depois apareceu mais um pouco de criança, foi chegando a idade, mas daí já não tinha mais professor, tiraram o professor para levar para a cidade, porque não valia a pena deixar lá. Hoje tem bastante criança, a maioria dos pais saíram de lá, levaram as crianças para Matinhos para fazer o estudo. O pessoal brigava de deixar as crianças sem estudo e a gente ficou numa situação que não sabia como aproveitar o momento pro negócio da escola do Parati. Hoje a gente se rejuntou com a comunidade, com a associação pra comparecer aqui e fazer uma procuração sobre a reabertura da escola, pra ver se nós trazemos essas crianças de volta que saíram. Os pais abandonaram os sítios, as casas, hoje se encontra as casas fechadas por falta de não ter essa atividade nessa comunidade. Então, hoje nós pedimos encarecidamente a reabertura da escola, várias associações junto com nós unidos, pedimos esse favor que a escola seja reaberta, para nós manter essas crianças de volta na nossa comunidade, nossos estudos, é triste a gente ver uma escola, por exemplo: ter uma escola, e não ter o professor e não ter estudo para as crianças, é duro tirar as crianças de lá para outro lugar, porque na cidade está tão difícil, como viver na cidade se a gente nem tem casa para ficar? É tão ruim deixar o que é da gente, para sair pra cidade e levar as crianças, então, a gente quer que seja reaberta essa escola no Parati."



Depoimento de Dona Maria, moradora da Comunidade de Parati - município de Guaratuba:

"A escola é importante porque as filhas que o meu filho tem, dependem de mim, pra cuidar, porque ele trabalha, e eu não tenho condições,(...) não consigo viver na cidade, não durmo direito, porque tudo o que eu tenho é lá no Parati. Eu vou pra cidade morar debaixo da ponte? Não tenho condições de pagar nada pra viver lá. E é isso aí, meu sentimento é isso, porque eu tenho dó das crianças ficar sem estudo. No sítio minha vida é livre, eu tenho saúde, tenho tudo, eu nem gosto de viver na cidade. Minha vida na cidade é uma vida triste! Que eu não tenho condições."

Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014

Se dividirmos esses números ao longo do ano, temos oito escolas rurais fechadas por dia em todo país. Nos últimos 15 anos, mais de 37 mil unidades encerraram as atividades.

Por Maura Silva
Da Página do MST

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda", já dizia Paulo Freire em uma de suas mais famosas citações.

Todavia, o cruzamento de dados disponíveis pelo Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) nos mostra que a educação no campo corre no sentido contrário.

Apenas em 2014, mais 4.084 escolas do campo fecharam suas portas. Se pegarmos os últimos 15 anos, essa quantidade salta para mais de 37 mil unidades educacionais a menos no meio rural.

Se dividirmos esses números ao longo do ano, temos oito escolas rurais fechadas por dia em todo país.

Dentre as regiões mais afetadas, norte e nordeste lideram o ranking. Só em 2014 foram 872 escolas fechadas na Bahia. O Maranhão aparece no segundo lugar, com 407 fechadas, seguido pelo Piauí com 377.

Há tempo que estes números preocupam entidades e movimentos sociais ligados ao campo e à educação, ainda mais pelo fato dos municípios mais pobres serem os mais afetados.

Para Clarice Santos, professora da Universidade de Brasília (UnB), "esses números revelam o fracasso da atual política de educação no campo".

Para ela, os instrumentos criados precisam ser revistos para que se alcance o resultado esperado. "Se por um lado existe um esforço do governo federal em ampliar o transporte escolar rural, por outro, esse esforço não é o mesmo para evitar o fechamento das escolas", exemplifica.

"Não faz sentido pensarmos em transporte sem alunos. Ou seja, é um conjunto de critérios que demonstram as falhas das atuais políticas educacionais", ressalta Santos.

Já para Erivan Hilário, do setor de educação do MST, o fechamento destas escolas representa um atentado à educação, um direito historicamente conquistado.



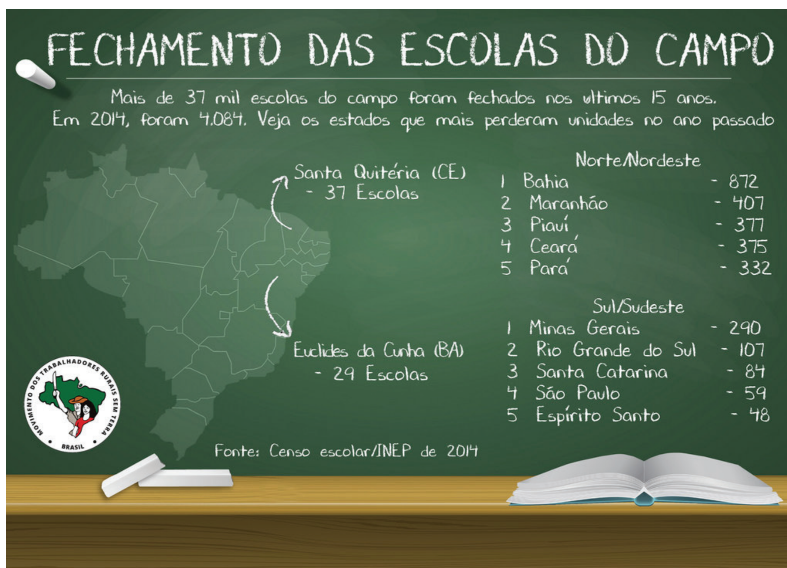
"O fechamento das escolas no campo não pode ser entendido somente pelo viés da educação. O que está em jogo é a opção do governo por um modelo de desenvolvimento para o campo, que é o agronegócio", aponta.

Segundo Erivan, a situação que vivemos "não está isolada desta opção, porque o agronegócio pensa num campo sem gente, sem cultura e, portanto, um campo sem educação e sem escola".

Ele observa que ao mesmo tempo em que há fechamento sistematizado das escolas no campo, o número de construções de novas unidades educacionais nos centros urbanos têm crescido.

"Esse é um dado importante de ser analisado. O fechamento das escolas do campo contribui para o êxodo rural, além de consolidar o papel do agronegócio nessas regiões com a priorização dos lucros", ressalta.

Além da falta de escolas, outro fenômeno observado é a chamada "nucleação", quando várias unidades escolares são concentradas numa "escola polo". Isso tende a minar cada vez mais a educação já cambaleante nestas regiões, dificultando o processo de aprendizagem e crescimento de crianças e jovens.



Empurra-empurra

A falta de investimento das prefeituras locais é apontada como um dos grandes motivos para o fechamento das escolas no campo.

As prefeituras, por sua vez, alegam que o número de alunos matriculados não é o suficiente para manter novas unidades educacionais. Porém, o fechamento dessas escolas atingiu cerca de 83 mil alunos em todo o país.

De acordo com Erivan, mesmo nas regiões onde existem vagas, sobra precariedade. Das 70.816 instituições na área rural registradas em 2013 (uma década antes eram 103.328), muitas delas continuam sem infraestrutura adequada, biblioteca, internet ou laboratório de ciências. Outro ponto de alerta é a falta de adequação do material didático.

Sem falar da adoção de conteúdos, práticas e atividades distantes do universo cotidiano e simbólico dos alunos camponeses, quilombolas ou ribeirinhos, bem como aponta Erivan.

Falta de fiscalização

Lançada em 2014, a Lei 12.960 tinha como objetivo mudar as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e um dos pontos previstos era justamente aumentar o grau de exigência para que uma escola fosse fechada, mas na prática não foi o que aconteceu.

Para o Sem Terra, o grande problema é a falta de fiscalização. "O MEC institui as portarias, as leis são sancionadas, mas, na prática, quem tem o poder de fechar as escolas é o município. Se o município alega falta de alunos e de verbas, as escolas acabam sendo fechadas, e políticas que poderiam impedir esse fato não são colocadas em prática".

"Não faz sentindo investir na formação de professores se não tem escolas, por exemplo. Por isso, bato na tecla de que a questão central é a articulação política do governo com os municípios - que são os responsáveis diretos pelos fechamentos -, e também um pacote que contemple as demandas prioritários", diz Santos.

"Dentro desse contexto, eu vejo um cenário negativo, que só poderá ser revertido com muita luta, de quem acredita que a educação é a única maneira efetiva de construção social", destaca Erivan.

Como impedir o fechamento de escolas no campo

Se a escola da sua comunidade receber o comunicado de fechamento de turmas, turno ou até mesmo de escola, toda a comunidade deve se reunir (pais, mães, responsáveis por estudantes, professores, alunos e lideranças), para juntos discutir essa situação. Abaixo sugerimos alguns procedimentos:

1 **Organizar uma assembleia geral:** reunir a comunidade escolar, responsáveis pela educação (município e do estado), para uma assembleia na escola para discutir sobre esse fato. Se possível convide órgãos da imprensa, representantes de Movimentos Sociais e Universidades próximas, Articulação Paranaense por uma Educação do Campo na sua região. Nesta assembleia elaborar dois documentos:

Documento 1: Uma Ata com a decisão da comunidade, justificando o porquê não pode fechar a escola, todos devem assiná-la;

Documento 02: Organizar um abaixo assinado, solicitando a permanência da turma, turno e escola. Todos os presentes devem assinar (estudantes, comunidade, autoridades, representantes dos Movimentos Sociais e Universidades). Se houver tempo hábil, estender a lista para outras pessoas da comunidade que não compareceram à assembleia.



2 **Organizar uma comissão** com a representação dos pais, mães, educandos, lideranças e professores para encaminhar os documentos ao Ministério Público e à Secretaria Municipal de educação e/ou Núcleo Regional deEducação.

3 **Encaminhar os documentos para o Ministério Público:** a ata e o abaixo assinado devem ser protocolados, oficializando a denúncia.

4 **Solicitar uma reunião com a promotoria pública** e fazer a denúncia pessoalmente. Atenção! É importante levar uma cópia de todos os documentos, bem como, guardar uma cópia na comunidade.

5 **Fazer reunião com vereadores, Secretaria Municipal de Educação e/ou Núcleo Regional de Educação** e apresentar os documentos (ata e abaixo assinado) solicitando revisão do encaminhamento de fechamento da escola.

6 **Fazer a divulgação na impressa local:** as discussões da comunidade devem ser divulgadas na imprensa local (rádio e jornal) e em outros ambientes para que se possa ter o apoio amplo da sociedade.

7 **Encaminhar a denúncia para Articulação Paranaense por uma Educação do Campo** no e-mail: articulacaopr@gmail.com ou disque denúncia (42) 3621-1462.

Lembramos que não é o número de educandos(as) que garante a manutenção das escolas do campo, isso depende muito mais da organização e união comunitária.

Lembre-se: a união da comunidade é o fator importante para enfrentar o fechamento de escolas!

Ameaça: Seed irá fechar 20 escolas do campo

Governo corta por menos da metade o orçamento das Casas Familiares Rurais. Previsão é que até 2017 não existam mais CRF´s no Estado

Nesta semana, por determinação da Secretaria do Estado da Fazenda (SEFA), uma notificação informou sobre o fechamento de Casas Familiares Rurais (CFR). O critério inicial de fechamento foram as escolas que não possuem curso técnico e implica na demissão de funcionários técnicos administrativos e coordenações de todas as CFRs, partir deste mês julho.

As 20 escolas que possuem Ensino Médio Técnico permanecem, mas já tem seu fim determinado para 2017, funcionam a partir de agora sucateadas, com apenas dois profissionais trabalhando 20 horas semanais em casa unidade.

O recurso destinado às CFRs, era de 3 milhões para os últimos seis meses de 2015 e foi reduzido para 1 milhão. Dos 238 funcionários(as) existentes para a manutenção das Casas, agora serão apenas 78. E a proposta veio em tom de ameaça: se as Casas não aceitarem a proposta, a SEED não irá efetuar o repasse dos quatro meses de convênio que já está vencido.

O que são as Casas Rurais?

As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França em 1937, por iniciativa de um grupo de famílias do campo, propondo a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Nascia, assim, a Casa Familiar Rural, com a estrutura da Pedagogia da Alternância. Hoje, a Casa Familiar Rural expandiu-se para os cinco continentes, em trinta países, com a mesma concepção - responsabilidade e entrosamento das famílias na formação dos (as) jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global do meio.

A Casa Familiar Rural é um espaço destinado à formação de jovens do campo, os quais tem a oportunidade de receber formação técnica, profissional e gerencial, tendo como objetivo qualificar esses(as) jovens e oferecer alternativas de renda e de trabalho, para assim permanecerem e beneficiarem a própria família. As aulas na Casa Familiar Rural são em pedagogia da alternância.

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa para a Educação no campo, já que o ensino nesse contexto não contempla as especificidades e as necessidades da população que vivem no campo. Consiste numa metodologia de organização do ensino escolar (tempo escola e tempo comunidade)que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional.

No Sul do Brasil, o processo de implantação das Casas Familiares Rurais teve início no Paraná, em 1987, nos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, com discussão dos agricultores e envolvimento das comunidades.

(Com informações do Portal BelTerra)

Programa Agrinho nas escolas do campo não!

Ministério Público do Paraná é contrário ao Programa que ensina as crianças em escolas como usar pesticidas no campo.



O Agrinho é um programa do Sistema FAEP, em parceria com o SENAR-PR, e o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento e diversas empresas privadas como DawAgroeSciences, Du Pont, e por organizações das empresas dos agrotóxicos (Adef e Aenda) todos interessados na difusão do uso dos agrotóxicos.

O Programa Agrinho é travestido de um programa de educação ambiental e ensina as crianças do campo a usarem os pesticidas. Isto acontece dentro de uma farsa: aparentemente as crianças estão participando de um programa de educação ambiental no qual se aborda a questão da saúde, meio ambiente e até cidadania. Na verdade, elas são educadas para consumirem e aplicar os agrotóxicos na agricultura.

Os temas "Por que fazer a tríplice lavagem?" vem embutido num Programa que aborda outros temas de caráter importante, como "Adolescência, sexualidade e amor (saúde jovem)"; "Dentes saudáveis, criança feliz (odontologia preventiva)"; "Praticando a cidadania na escola (cidadania)"; "Saúde na família (saúde)"; "Por que a água é um recurso natural renovável mas limitado (água)?"; "A sobrevivência do homem depende da biodiversidade (biodiversidade)"; "O que você pode fazer para evitar o efeito estufa (clima)"; e "Qual a importância do solo para o equilíbrio ambiental? (solo)".

Em função dessa problemática, o Ministério Público do Paraná, em abril de 2014, notificou o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, com um parecer contrário à realização desses programas nas escolas públicas do Paraná e fez uma recomendação ao Conselho Estadual de Educação do Paraná para que deliberem medidas imediatas (como aprovação de Resoluções) que impeçam as escolas, professores e estudantes das redes públicas ou privadas de ensino, municipais e estaduais, a participar do Programa Agrinho, justificando que a educação deve manter compromisso permanente com a qualidade do ambiente e a vida do planeta.

Agrotóxico



é VENENO!

Diga não a esse programa nas escolas do campo!

